

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

EEM MARIA DAUREA LOPES



**IGUATU
2018**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola de Ensino Médio Maria Daurea Lopes

MISSÃO

“Ser um escola de referência e credibilidade na região, comprometida com a excelência do ensino primando por um ambiente de trabalho acolhedor e propicio a formação integral dos discentes”.

VALORES

Os valores que permeiam as atitudes no ambiente escolar e atividades educacionais resumem-se em ética, honestidade, respeito, solidariedade, tolerância. Somando-se a eles a disseminação da importância do ambiente familiar e humanismo estão os princípios norteadores que nos orientam na tomada de decisões nas mais diversas situações vivenciadas pela escola.

VISÃO

Visão de educação

Educação é um dos processos de formação da pessoa humana. Processos através do qual as pessoas se inserem na sociedade, transformando-se e transformando a sua realidade.

Visão de escola

Ambiente que leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana, onde o conhecimento é compartilhado e sistematizado, tendo a tarefa de formar seres humanos com consciência de seus direitos e deveres, sendo capazes de contribuir de forma positiva no seu entorno.

Visão de sociedade

Ambiente no qual os indivíduos estão integrados, produzindo e reproduzindo relações sociais, propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes e ideias. Onde o natural seja pensar no bem de todos e não apenas em si mesmo.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Nome da Instituição: Maria Daurea Lopes, EEM

Endereço: Rua Professora Ana Anailda de Oliveira, S/N, Bairro Novo Alencar– Distrito José de Alencar.

Município: Iguatu – CE

E-mail: eemdaurealopes@escola.ce.gov.br

CEP: 63514-000

Telefone: (88) 35852069

INEP: 23272201

CNPJ:

Tipificação : C

Nível de modalidade de Ensino Ofertado: Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Quantidade de Professores em exercício da docência: 19

Professores Efetivos: 02

Professor Contratado por Tempo Determinado: 17

Administrativos: 03

Auxiliar de serviços (efetivos): 0

Auxiliar de serviços (terceirizados): 02

Merendeiras: 02

Vigilantes: 04

Total de Salas de Aula: 06

NÚCLEO GESTOR

Diretor: Maria Gneglauda Holanda

Coordenador Escolar: Vildemar Araujo de Lavor

APOIO A GESTÃO

Secretária Escolar: Josefa Mikaele Barbosa Lavor

Acessora Administrativo Financeiro: Sidnéia França

Auxiliar Administrativo: Maria Paulino de Lima

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. BASES LEGAIS	2
3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	3
3.1- O meio	3
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO	4
5. TENDENCIA PEDAGÓGICA	5
6. FILOSOFIA DA ESCOLA	5
7. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DO TEMPO DA ESCOLA	5
8. BLOCOS SEMESTRAIS	6
9. O NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS	8
10. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	9
10.1 Organização da Eja na escola	10
10.2 Sistema de avaliação e conclusão para a Eja	11
10.3 Perfil Curricular da Eja 3º Segmento	11
10.4 Eja + Qualificação Profissional	11
10.5 Perfil Curricular da EJA + Qualificação Profissional	12
11. PROJETOS E PROGRAMAS	13
11.1- Jovem de Futuro	13
11.2- Programa Geração da Paz	13
11.3 – Projeto Professor Diretor de Turma	14
11.4- Projeto Rumo a Universidade	15
11.5- Programa Saúde nas Escolas	15
11.6- Programa de Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola)	16
11.7- Projeto Um Computador Por Aluno (UCA)	16
11.8- Programa Células de Aprendizagem Cooperativa	17
11.9- Programa Circulos de Leitura	17
12. AGREMIÇÕES	18
12.1 Conselho Escolar	18
12.1.1 composição	18
12.1.2 Principais Atribuições	19
12.1.3 Eleições para o Conselho	19
13. RECURSOS	20
13.1 – Recursos didáticos	20
13.2- Recursos Humanos	20
13.2.1- Alunos	21
13.2.2 - Professores	21
14. AVALIAÇÕES	22

14.1 Diagnóstico educacional: acompanhamento e resultados	22
14.2 Instrumentos de avaliação.....	22
14.3 Conselho de classe	23
14.4 Boletim	24
14.5 Aprovação e Promoção.....	24
14.6 Recuperação da aprendizagem.....	24
14.7 Reprovação.....	25
15 PROGRESSÃO PARCIAL	25
15.1 Provas objetivas	25
15.1.1 – Criando o enunciado.....	26
15.1.2- Criando as alternativas	26
15.2 Provas operatórias.....	27
15.2.1- Roteiro básico para formulação das questões abertas	27
15.3- Autoavaliação.....	27
15.4- Avaliação a distância	28
15.5- Plano especial de estudo	29
15.6- Compete a Gestão Escolar	30
15.7- Compete ao Professor	30
15.8- Procedimentos para a Progressão Parcial	30
15.9- Anexos da Progressão Parcial.....	31
16- PLANOS E AÇÕES ANUAIS	39

1. INTRODUÇÃO

O projeto político pedagógico dessa instituição visa reunir o melhor pensamento teórico, prático e crítico de todos aqueles que compõem a comunidade escolar sobre o trabalho planejado e realizado, expondo através de ideias aqui explicitadas um leque de questões de grande relevância, principalmente para os alunos matriculados no estabelecimento, que representam o centro de nossas atenções. A comunidade escolar, na qual estamos todos inseridos e a qual se destina este projeto, tem o acesso, o direito e a responsabilidade de participar da elaboração do documento, mas também de garantir o cumprimento das condutas nele preconizadas.

Acreditando ser pela ação coletiva que a escola se fortalece, revelando sua capacidade de se organizar e produzir um trabalho pedagógico de melhor qualidade, nossa escola elabora este Projeto Político Pedagógico estimulando ações compartilhadas entre seus membros, visando valorizar o direito do aluno à educação com qualidade, garantindo a defesa dos direitos e deveres da criança e do adolescente, respeitando os princípios da equidade, qualidade e liberdade, assim como, resgatar e promover suas potencialidades antropológicas e cognitivas para sua plena inclusão social.

Trata-se de uma maneira de fazer funcionar o organismo escolar da melhor forma possível, em proposta que visa à qualidade e excelência da apropriação do conhecimento pelo aluno. É necessário que tais proposições se reflitam sobre nossas práticas do dia a dia e também sobre as condutas de toda a equipe, com o objetivo de melhorar, cada vez mais, nossa ação pedagógica.

Não temos por isso mesmo, a pretensão de apresentar um projeto pronto e acabado, mas algo onde se explicita nossa caminhada constante em busca do bem comum. Esperamos, assim, contribuir de maneira simples para mostrar a todos a identidade da Escola Maria Daurea Lopes, melhorando sempre a qualidade de ensino e cumprindo com a nossa missão.

2.BASES LEGAIS

A LDB (Lei nº 9394/96), em seu art.12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I eII, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. A legislação define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art.14:

- I. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;*
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes*

A participação dos professores e demais membros da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico promove uma dimensão democrática na escola e nessa perspectiva, as decisões não centralizadas no Gestor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social e dialética da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos participantes inclusive a comunidade escolar. Com o objetivo de destacar a descentralização da gestão educacional e o fortalecimento da autonomia da escola e garantir a participação da sociedade na gestão criou-se o Conselho Escolar. Este, tem peso de decisão enquanto órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo, consultivo e normativo no referente a quaisquer assuntos relacionados à escola. O Conselho é composto por representantes do Núcleo Gestor, docentes, estudantes, pais e responsáveis além de representantes da comunidade. O mandato da equipe eleita tem duração de um ano podendo ser estendido por mais um ano.

A autonomia na escola é o resultado da confluência de vários interesses, onde se confrontam diferentes detentores de influência tanto interna quanto externa, sendo portanto uma construção político-social, e sendo assim um meio da escola concretizar em melhores condições nossas intencionalidades. Tanto quanto o Conselho Escolar, o Conselho de Classe é uma instância criada para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas. A escola em seu cotidiano é um espaço de inúmeras e diversificadas práticas que estão em permanente processo de construção e reconstrução. As práticas da gestão fazem parte da vida da escola contribuindo para o desenvolvimento democrático e a participação, por isso prioriza em sua organização interna encontros bimestrais para a execução de seus Conselhos de Classe e as decisões tomadas são partilhadas com o Conselho Escolar, os pais e com os alunos respectivamente. Com isso, procura garantir a participação direta de todos os professores que atuam na turma que será analisada, além de buscar a organização de forma disciplinar, estabelecendo uma “rede de relações”, isto é o professor participa de vários conselhos tendo a avaliação como foco para promover a discussão do processo didático no âmbito de suas dimensões: ensinar, aprender, pesquisar, avaliar e cooperar.

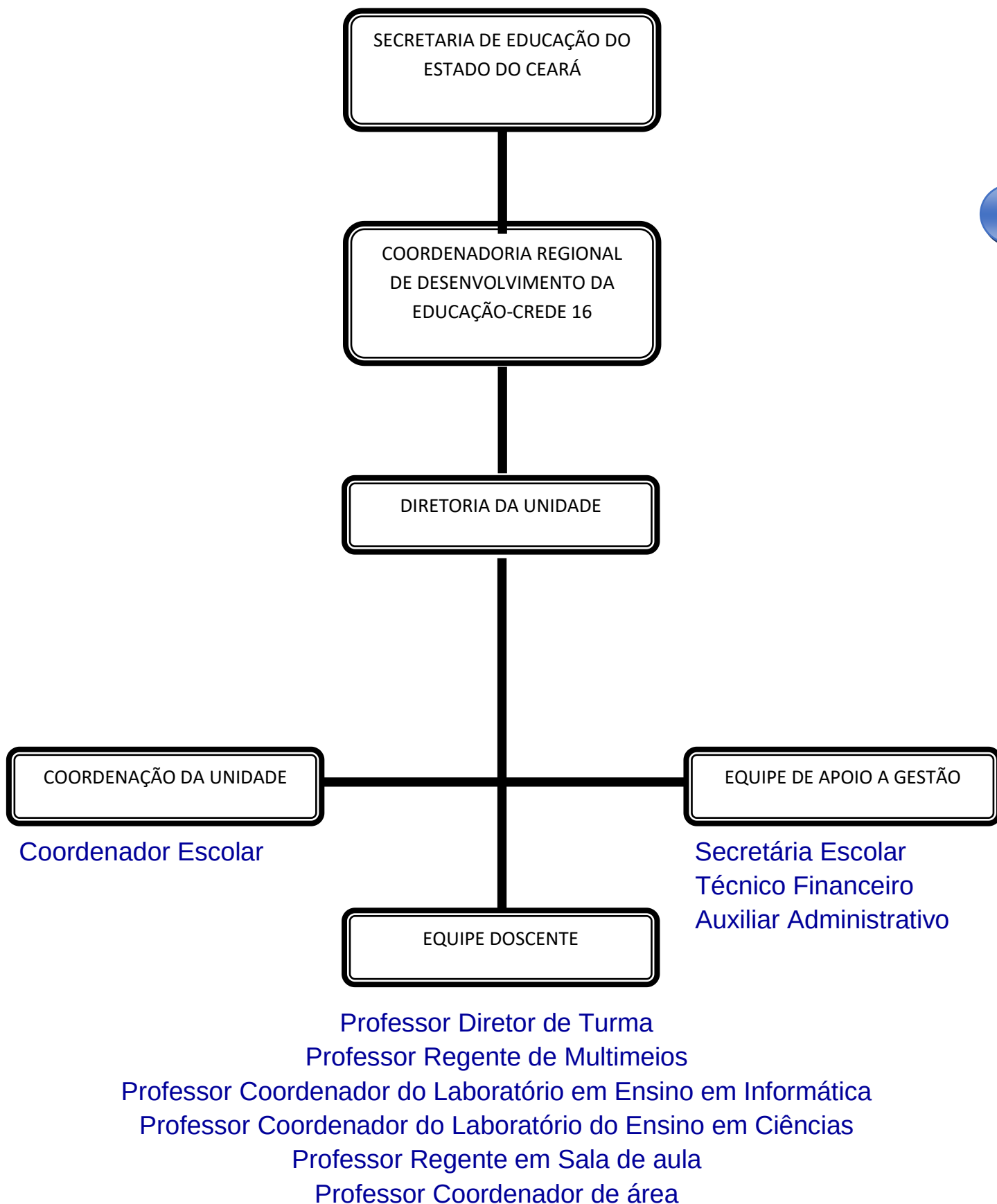
O Conselho de Classe é também um espaço interdisciplinar, uma vez que aglutina professores de diversos componentes curriculares, assumindo caráter deliberativo quando se refere ao processo didático. A avaliação desenvolvida ao longo do conselho de classe expressa os objetivos da escola como um todo e no interior da sala de aula como avaliação do processo didático. O conselho de classe como instância coletiva de avaliação, como espaço da interdisciplinaridade e também um excelente lugar para o exercício da participação mediado pelo diálogo que visa ao envolvimento de todos no processo educativo da escola.

3.CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

3.1- O meio

A escola atende a uma clientela eminentemente rural. Localizado a quinze quilômetros do município de Iguatu o Distrito José de Alencar é constituído por 52 sítios e possui uma população de aproximadamente 8.220 habitantes, sua economia gira em torno da pecuária e agricultura, especialmente na produção de arroz e milho, auxílio do governo (bolsa família), aposentadoria e empregos municipais. Alguns alunos exercem atividades remuneradas no contra turno para ajudar na renda familiar. Muitas das famílias dos nossos alunos sofrem as consequências da crise econômica, temos muitos pais desempregados e prejudicados por anos consecutivos de seca. Embora estejamos inseridos numa sociedade com problemas econômicos, sociais, a formação familiar dos alunos é um diferencial, pois os mesmos possuem valores familiares e religiosos fortalecidos, participam de pastorais e de trabalhos comunitários. Para a comunidade, a escola propõe-se a ser uma instituição de referência e credibilidade na região, comprometida com a excelência do ensino primando por um ambiente de trabalho acolhedor e propício a formação integral dos discentes através do fortalecimento de valores como a ética, honestidade, respeito, solidariedade, tolerância, além do incentivo as competências socioemocionais. Somando-se a eles a disseminação da importância do ambiente familiar e humanismo estão os princípios norteadores que nos orientam na tomada de decisões nas mais diversas situações que a escola tem no seu cotidiano.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO



5.TENDENCIA PEDAGÓGICA

A proposta Pedagógica da Escola de Ensino Médio Maria Daurea Lopes está pautada num processo de reflexão que tem como base a pedagogia crítica de Freire (1970) e parte da premissa que uma formação crítica deve conduzir ao desenvolvimento de cidadãos que sejam capazes de analisar sua realidade social, histórica e cultural, criando possibilidades para transformá-la, conduzindo alunos e professores a uma maior autonomia.

Segundo Freire (2000), essas transformações não poderiam ficar no campo das ilusões ou abstrações. Numa visão Vygotskiana (1994), seria um sujeito modificando seu meio social, ao mesmo tempo em que é mudado por ele.

Nessa perspectiva, o professor crítico-reflexivo possui como uma de suas grandes características, a preocupação com as consequências éticas e morais de suas ações na prática social. Nesse sentido, professores e alunos percebem-se como agentes transformadores e passam a se considerar atuantes no processo de transformação sociocultural e concebem a importância da coragem e da vontade de mudar suas realidades, a fim de proporcionar meios para uma resignificação da escola

6.FILOSOFIA DA ESCOLA

Educar partindo do princípio: Ação – Reflexão - Ação, garantindo oportunidade de aprendizagem para todos, buscando através do cooperativismo a construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano através das competências sócioemocionais, capazes de se transformar a si e ao ambiente em que vivem.

7.PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DO TEMPO DA ESCOLA

O Ensino Médio deve ser organizado de modo a garantir os direitos à aprendizagem dos jovens, pautado no desenvolvimento dos potenciais cognitivos e produtivos, bem como na solidariedade e ética. Nesta perspectiva a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) desde 2012 veio implantando protótipos para serem testadas em 12 escolas. Esta instituição teve adesão somente ano de 2013.

O cerne da Reorganização Curricular é a criação do Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS). Esse núcleo visa possibilitar a integração curricular, principal desafio para proporcionar uma educação contextualizada e repleta de significado para a juventude. Nessa perspectiva, é disponibilizado um tempo curricular na parte diversificada com quatro horas-aulas por semana para realinhar os demais componentes curriculares, os tempos, de acordo com a preferência da comunidade escolar, que pode ser organizado de forma tradicional, semestral ou ainda semanal. A escola decidiu por organizar seu tempo adotando a **semestralidade**, onde os componentes são organizados em dois blocos de duração semestral. A carga horária de alguns componentes curriculares, prevista para todo ano letivo, é concentrada num semestre, 100 dias letivos.

8.BLOCOS SEMESTRAIS

OS BLOCOS SEMESTRAIS - 1º ano

Área do Conhecimento	Disciplinas	Semestre A C/H Semanal	Semestre B C/H Semanal	Semestre A C/H Total	Semestre B C/H Total	C/H Anual Por disciplina
Linguagens e Códigos	L.Portuguesa	4	4	80	80	160
	Redação	1	1	20	20	40
	Ed.Física	2	2	40	40	80
	Artes	0	1	0	20	20
	L.Inglesa	0	20	0	20	20
	L.Espanhola	0	0	0	0	0
Matemática	Matemática	5	5	100	100	200
Ciências da Natureza	Física	0	3	0	60	60
	Biologia	3	0	60	0	60
	Química	3	0	60	0	60
Ciências Humanas	Sociologia	1	0	20	0	20
	História	2	0	40	0	40
	Filosofia	0	1	0	20	20
	Geografia	0	3	0	60	60
Diversificada	Form.Cidadã	1	1	20	20	40
	TIC	0	0	0	0	0
	DPS	4	4	80	80	160
TOTAL		26	26	520	520	1040

OS BLOCOS SEMESTRAIS - 2º ano

Área do Conhecimento	Disciplinas	Semestre A C/H Semanal	Semestre B C/H Semanal	Semestre A C/H Total	Semestre B C/H Total	C/H Anual Por disciplina
Linguagens e Códigos	L.Portuguesa	4	4	80	80	160
	Redação	1	1	20	20	40
	Ed.Física	2	2	40	40	80
	Artes	0	0	0	0	0
	L.Inglesa	0	1	0	20	20
	L.Espanhola	0	1	0	20	20
Matemática	Matemática	5	5	100	100	200

Ciências da Natureza	Física	0	3	0	60	60
	Biologia	3	0	60	0	60
	Química	3	0	60	0	60
Ciências Humanas	Sociologia	1	0	20	0	20
	História	2	0	40	0	40
	Filosofia	0	1	0	20	20
	Geografia	0	3	0	60	60
Diversificada	Form.Cidadã	1	1	20	20	40
	TIC	0	0	0	0	0
	DPS	4	4	80	80	160
TOTAL		26	26	520	520	1040

OS BLOCOS SEMESTRAIS - 3º ano

Área do Conhecimento	Disciplinas	Semestre A C/H Semanal	Semestre B C/H Semanal	Semestre A C/H Total	Semestre B C/H Total	C/H Anual Por disciplina
Linguagens e Códigos	L.Portuguesa	4	4	80	80	160
	Redação	1	1	20	20	40
	Ed.Física	2	2	40	40	80
	Artes	0	0	0	0	0
	L.Inglesa	0	1	0	20	20
	L.Espanhola	0	1	0	20	20
Matemática	Matemática	5	5	100	100	200
Ciências da Natureza	Física	0	3	0	60	60
	Biologia	3	0	60	0	60
	Química	3	0	60	0	60
Ciências Humanas	Sociologia	1	0	20	0	20
	História	2	0	40	0	40
	Filosofia	0	1	0	20	20
	Geografia	0	3	0	60	60
Diversificada	Form.Cidadã	1	1	20	20	40
	TIC	0	0	0	0	0
	DPS	4	4	80	80	160
TOTAL		26	26	520	520	1040

9.O NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS

O NTPPS foi organizado para atender a dois processos centrais: **O desenvolvimento pessoal e social dos estudantes e o protagonismo estudantil nos processos de investigação e elaboração do conhecimento.**

A proposta inicial buscou traduzir para o cotidiano das escolas de ensino médio os pressupostos metodológicos do Projeto Com.Domínio Digital, desenvolvido pelo Instituto Aliança, com sede na Bahia, com o apoio da SEDUC. Em particular: a pedagogia de projetos, a interdimensionalidade, a inter e transdisciplinaridade, o texto-sentido, a participação e problematização e o protagonismo juvenil, acrescentando ainda, a pesquisa e o trabalho como princípios educativos. Esta metodologia consegue envolver os jovens em atividades de aprendizagem de modo a valorizar o trabalho em equipe, o respeito por si mesmo e pelos outros, que dão subsídios para a construção de Projetos de Vida de cada sujeito, de modo a criar uma imbricada relação do aluno com o seu processo de aprendizagem, superando a passividade instituída pela instrução não reflexiva.

Com inspiração nos Protótipos Curriculares propostos pela UNESCO, o tema central das atividades do Núcleo no **1º ano é escola e família; no 2º comunidade; e no 3º, trabalho e sociedade.** Estes temas ganham maior abrangência em cada ano do Ensino Médio e guia o trabalho pedagógico na perspectiva de desenvolver as competências pessoais e sociais, assim como as pesquisas escolares.

No processo de discussão da proposta de Reorganização Curricular de Ensino Médio, as expressões listadas a seguir nortearam o raciocínio do Grupo de Trabalho (GT), composto por gestores escolares e técnicos da SEDUC e do Instituto Aliança durante a sistematização dos eixos da proposta:

- Autonomia Estudantil;
- Protagonismo Juvenil;
- Aprendizagem Cooperativa;
- Maior Engajamento na vida escolar;
- Comunicação Social;
- Tecnologia Educacional;
- Ampliação das possibilidades de Aprendizagem;
- Ruptura com Linearidade das informações;
- Experimento de Processos Produtivos;
- Qualificação para o Mundo do Trabalho;
- Trabalho como Princípio Educativo;
- Pesquisa como Princípio Pedagógico.

Para poder contemplar todas as expectativas e possibilidades, foi estruturada a estratégia de associar a construção da autonomia dos alunos com o desenvolvimento da pesquisa científica. O produto destas discussões culminou nos referenciais do NTPPS, a saber:

- Articular as áreas dos conhecimentos; dialogando com todos os ambientes e docentes da escola para uma formação integrada e integral do aluno;
- Trabalhar o indivíduo dando possibilidades de autoconhecimento de suas competências e habilidades, fortalecendo a autonomia para traçar seu projeto de vida. Trabalhar o cidadão que entende, integra e convive em coletivo, sabendo qual o seu papel na sociedade;
- Utilizar a pesquisa como ferramenta pedagógica da observação, questionamento, descoberta, redescoberta e construção integradora do conhecimento interdisciplinar.

Os educadores dos Núcleos (O educador de Desenvolvimento Pessoal e Social –DPS) são indicados pelos gestores das escolas, a partir do perfil profissional sugerido:

- Habilidade para trabalhar com grupos e em grupo;
 - Preferencialmente, com domínio dos conteúdos a serem trabalhados na área de DPS (identidade, autoestima, integração, comunicação, ética, saúde, etc);
 - Tenha desejo de aprender;
 - Conheça ou se identifique com metodologias participativas;
 - Atributos pessoais: flexibilidade, receptividade para supervisão, criatividade, iniciativa, firmeza;
 - Tenha características próprias de liderança:
- Articular e integrar ações dos diversos educadores;
 - Construir vínculos positivos com jovens;
 - Ter um comportamento coerente com o discurso;
 - Ser referência positiva para os jovens;
 - ter resolutividade;
 - Disponibilidade de tempo.

Fica sob a responsabilidade do Instituto Aliança (IA) realizar planejamento integrado junto a equipe técnica da SEDUC, coordenar a formação dos educadores DPS's e elaborar o material estruturado para os estudantes e educadores. Para a **CREDE 16** fica como atribuições o gerenciamento do planejamento, articulação, formação, acompanhamento e avaliação do processo da reorganização curricular, garantir o acompanhamento dos superintendentes escolares nas visitas técnicas pedagógicas realizadas por técnicos do IA, auxiliar as escolas no processo de impressão do material estruturado para estudantes educadores, enviar representação para os encontros de formação com os educadores do NTPPS e viabilizar a participação dos educadores (interior) na formações continuadas; Para **Unidade Escolar**, a sua capacidade operacional se resume no envolvimento integral e integrado de todos os segmentos da escola na proposta da Reorganização Curricular. Além de atribuições como: Incorporar a proposta da reorganização diurna no Projeto Político Pedagógico, promover a integração de todos os docentes nas atividades do NTPPS, principalmente quando relacionado a orientação de projetos de pesquisa, garantir a participação dos educadores e professores no processo formativo proposto, envolver os Coordendores Escolares e PCA's no planejamento integrado com todos os educadores, prever a aquisição dos materiais de expedientes necessários à realização das oficinas de DPS e indicar os educadores, com perfil, para atuação no Núcleo. São esperados resultados tais como: Integração nas Áreas do conhecimento, a partir da promoção do diálogo com todos os ambientes e docentes da escola visando uma formação integrada e integral do aluno, estudantes com autonomia intelectual desenvolvida, capazes de traçar seu projeto de vida, a consolidação da pesquisa como ferramenta pedagógica que aperfeiçoe a observação, questionamentos, descoberta e construção integradora do conhecimento interdisciplinar e maior envolvimento dos estudantes com os estudos, comprovado através do melhoramento do desempenho acadêmico.

10. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Considerando que a sociedade vive, atualmente, processos rápidos e multifacetados de mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas, as quais exigem das pessoas outras habilidades que antes não eram necessárias para viver, a educação precisa não apenas contribuir, mas definitivamente lidar com

as discontinuidades e rupturas ocasionadas pelas dinâmicas atualmente presentes nas práticas sociais de todas as pessoas.

Nesse contexto social e da educação em geral, a Educação de Jovens e Adultos, compreendida numa perspectiva diferenciada do ensino regular, tanto pela trajetória pessoal e profissional quanto pelas demandas pessoais e sociais dos sujeitos, exige uma prática docente que possibilite aos educandos desenvolverem a criticidade e a autonomia na própria ação educativa, de forma que seja possível utilizá-la nas práticas sociais, em diferentes formas e situações que demandam reconstruções e transformações.

Prática docente essa que se constrói a partir de um projeto político-pedagógico que sinalize novos pactos e compromissos da escola com todos os grupos etários a ela vinculados, contemplando, dentre outras questões, caminhos para a superação coletiva de modelos de organização curricular que tratam os conteúdos escolares separados da vida concreta dos seus educandos. O projeto político-pedagógico da escola deve ser entendido como empreendimento coletivo que favorece a democratização da aprendizagem escolar, ao exigir de todos os envolvidos na sua construção a compreensão coletiva da realidade na qual a escola está inserida, por meio de processos permanentes de Leitura do Mundo. Portanto, os sujeitos jovens, adultos e idosos precisam não somente ser alfabetizados, mas precisam participar ativamente da sociedade letrada na perspectiva da apropriação da leitura e da escrita como estratégia civilizatória de transformação social e emancipação humana que lhes permita aprender significativamente e acessar outros níveis de escolarização essenciais a uma inserção efetiva e autônoma em todas as dimensões que caracterizam a sociedade contemporânea. Falar dos sujeitos da EJA é falar sobre diferentes sonhos, ideais e utopias. De um lado, temos educandos e educandas com trajetórias individuais construídas em diferentes tempos e espaço. De outro lado, temos os educadores e educadoras que abraçam a EJA como causa, como militância educacional, com competência e profissionalismo, mas também com amorosidade e solidariedade. A equipe gestora também dedica seu trabalho na luta por garantia de qualidade para o desenvolvimento dos programas destinados aos adultos. São sujeitos que acreditam na construção de um outro mundo possível e fazem hoje uma educação que concretize essa crença contribuindo assim para minimizar cada vez mais o analfabetismo do País. Esses sujeitos, que hoje ocupam as cadeiras escolares desta instituição, são homens e mulheres de culturas diferentes e compõem um cenário rico e multicultural, que sonham em entrar em um mercado de trabalho com conhecimentos profissionais suficientes para competir com as exigências do mercado atual.

10.1 Organização da Eja na escola

A instituição oferecerá aos Jovens e Adultos os cursos de Educação de Jovens e Adultos no nível Médio, no período da noite. A duração do curso de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, correspondente aos três anos deste nível será de 18 meses. A matrícula para o ingresso no curso da EJA será concedida mediante ficha de matrícula e do contrato de prestação de serviços educacionais do aluno solicitante, com 18 anos de idade completo, observando-se atender os artigos 37 e 38 da LDB 9394/96 ; Diretrizes Curriculares Nacionais CNE sobre EJA; Resolução CEE nº 438/2012.

A frequência às aulas e demais atividades curriculares será exigida, nos termos da legislação vigente, indicando a média 6,0 em todas as áreas e frequência anual igual ou superior a 75% exigida para aprovação.

As salas de aulas comportam o número máximo de 35 alunos por sala, sendo que a instituição disporá de equipamentos áudios-visuais, vídeos, DVD's, Internet, pesquisa em biblioteca, material didático específico para esta modalidade e etc.

10.2 Sistema de avaliação e conclusão para a Eja

O processo de avaliação será contínuo, prevalecendo os aspectos qualitativos e quantitativos demonstrados em relação ao processo ensino-aprendizagem.

Durante o curso, o aluno fará avaliação periódica para identificação do seu grau de aproveitamento, às quais serão atribuídas notas que variarão de 0,0(zero) a 10,0(dez) e será considerado aprovado na disciplina em que demonstrar conhecimento igual ou acima de 6,0 e frequência igual ou superior a 75%. As avaliações poderão ser escrita ou oral, ou através de pesquisas, trabalhos, culturais, esportes, artes e a critério do professor, considerando sempre, nessa escolha, a natureza, o grau e a abrangência do conhecimento, objeto da avaliação, e as possibilidades de aprendizagem do aluno, além das ofertas de estudos de recuperação nos termos da legislação para alunos com baixo rendimento escolar.

11

Ao final de cada período, as notas serão colocadas no sigle escola com a síntese das notas obtidas pelos alunos participantes daquele período, as quais comporão o Relatório Anual do Curso de Educação de Jovens e Adultos, mantido por esta escola e serão entregues ao órgão próprio do Sistema. Após a aprovação em todas as disciplinas do currículo do Ensino Médio, na modalidade da educação de jovens e adultos, será conferido ao aluno concludente, um certificado de conclusão do curso.

10.3 Perfil Curricular da Eja 3º Segmento

ÁREA DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	C/H SEMANAL E ANUAL				CARGA HORÁRIA TOTAL
		1º ANO		2º/3º ANOS		
		SEMANAL	ANUAL	SEMANAL	ANUAL	
LINGUAGENS E CÓDIGOS	Língua Portuguesa	4	160	4	160	320
	Educação Física	1	40	1	40	80
	Língua Espanhola	0	0	1	40	40
	Língua Inglesa	2	80	1	40	120
	Artes	1	40	1	40	80
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Matemática	4	160	4	160	320
	Física	2	80	2	80	160
	Química	1	40	1	40	80
	Biologia	1	40	1	40	80
CIÊNCIAS HUMANAS	História	1	40	1	40	80
	Geografia	1	40	1	40	80
	Sociologia	1	40	1	40	80
	Filosofia	1	40	1	40	80
TOTAL		20	800	20	800	1600

10.4 Eja + Qualificação Profissional

A escola também propõe uma reorganização da oferta da modalidade EJA com alternativas metodológicas que adéquem tempos pedagógicos e espaços de aprendizagem aos interesses, necessidades e saberes dos

sujeitos da EJA, construindo perspectivas de qualificação profissional. Em 2016, foi iniciado o projeto-piloto do Curso ofertando em quatro Coordenadorias Regionais do Desenvolvimento da Educação (Crede): Maracanaú, Horizonte, Iguatu e Juazeiro do Norte, contemplando 25 escolas, de 15 municípios da abrangência dessas regionais. Os resultados satisfatórios da aprendizagem dos alunos do primeiro ano da implantação dessa oferta, a redução dos índices de abandono escolar, bem como estimular o retorno dos jovens e adultos para a escola pública, subsidiaram a decisão da escola no ano de 2018 a aderir a proposta.

O objetivo da proposta é contribuir para a implementação da política da educação de jovens e adultos articulada com a qualificação profissional, comprometida com a inclusão e garantia do direito à “aprendizagem ao longo da vida”. O público alvo são os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos e adultos, que concluíram o ensino fundamental e estão fora da escola ou iniciaram o ensino médio e abandonaram os estudos, assim como o público egresso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

12

A sua estrutura trata-se de curso presencial de ensino médio, na modalidade EJA, com duração de 02 (dois) anos, e carga horária total de 1.600 horas, sendo:

- 1.200 destinadas à Base Nacional Comum Curricular, organizada por áreas de conhecimento;
- 400h destinadas à Qualificação Profissional, fundamentada na metodologia do Projeto e-Jovem que possui dois componentes, o primeiro: Preparação para o Trabalho e Práticas Sociais (PTPS); o segundo, à escolha do aluno: Informática ou Técnicas Administrativas e Vendas (TAV).

10.5 Perfil Curricular da EJA + Qualificação Profissional

ÁREA DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	C/H SEMANAL E ANUAL				CARGA HORÁRIA TOTAL
		ANO 1		ANO 2		
		SEMANAL	ANUAL	SEMANAL	ANUAL	
LINGUAGENS E CÓDIGOS	Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Inglesa e Artes	8	370			370
MATEMÁTICA	Matemática	6	204			204
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Física, química e Biologia			7	313	313
CIÊNCIAS HUMANAS	História, geografia, Sociologia e filosofia			7	313	313
TOTAL C/H BASE COMUM		14	574	14	626	1.200
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	PTPS- Preparação para o Trabalho e Prática Social	6	240			240

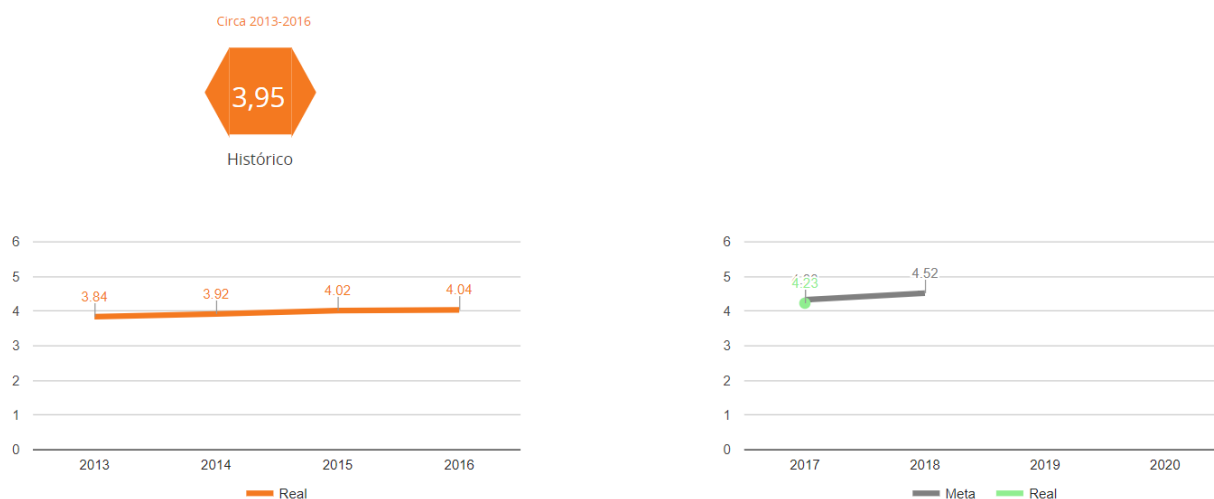
	Informática			6	240	240
TOTAL C/H QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		6	240	6	240	480
TOTAL C/H DO CURSO						1.680

11.PROJETOS E PROGRAMAS

11.1- Jovem de Futuro

13

O Jovem de Futuro é uma tecnologia de Gestão Escolar para Resultados da Secretaria de Educação do Ceará (Seduc) em parceria com o Instituto Unibanco que oferece às escolas participantes apoio técnico para melhorar substancialmente seu desempenho. As escolas recebem capacitação e assessoria técnica para planejar, executar, acompanhar e avaliar uma proposta de melhoria de seus resultados através de ações estratégicas previstas em um plano. O Jovem de Futuro é, portanto, uma proposta que visa mobilizar alunos, professores e famílias em torno de metas pactuadas para um mesmo objetivo: garantir que os jovens entrem, permaneçam, tenham um bom desempenho e terminem o Ensino Médio. Os excelentes resultados que vêm sendo obtidos pelo projeto comprovam sua premissa inicial: se uma escola pública for desafiada a melhorar seus resultados e tiver as condições técnicas e financeiras para definir suas próprias estratégias de superação, ela responde positivamente a esse desafio. Ou seja, com integração de esforços, instrumentos técnicos e autonomia com responsabilidade, qualquer escola pública é capaz de dar uma grande virada e superar seus principais pontos críticos. A escola foi sorteada no ano de 2014 para começar com as ações do projeto em 2015 fazendo assim parte do quarto ciclo de escolas contempladas até os dias atuais. Abaixo as metas projetadas e alcançadas até o momento:



11.2- Programa Geração da Paz

O Programa Geração da Paz foi criado em 22 de setembro de 2010 visando à celebração de cooperação técnica entre a Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) e a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em parceria com organizações governamentais e não-governamentais.

Há 2 níveis, “projeto” e “programa”. Na cooperação internacional SEDUC/UNESCO tem o formato de projeto, onde prevê sua instalação em 200 escolas públicas de nível médio no Estado do Ceará, abrangendo cerca de 2.000 professores e 100.000 alunos, atuando em todas as 8 macrorregiões da SEDUC. No formato de programa, abrange todas as escolas da rede estadual (mais de 670), alunos (quase 500 mil) e respectivas comunidades.

Busca dar provimento ao estabelecido no Pensamento Estratégico da SEDUC, que preceitua em seu Objetivo Nº 7 “Fortalecer a escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e da promoção da cultura da paz”, por meio de sua materialização no Projeto Político Pedagógico das escolas envolvidas. Sua vocação é construir e multiplicar conhecimentos, por meio da criação e integração de redes regionais, locais e intersetoriais. Dentre os principais beneficiários estão os alunos e seus familiares, professores, gestores e servidores e as comunidades onde as escolas estiverem inseridas. O objetivo do programa “Geração da Paz” é promover e desenvolver estratégias de aproximação da escola e comunidade, através da valorização dos saberes e experiências locais, que apoiem a construção de uma cultura de paz no estado do Ceará. O projeto tem por objetivos específicos apoiar as escolas, investindo em seu poder de autogestão e auto-organização, a fim de que estas abram caminho para mudança criativa e construtiva, através do diálogo, da cooperação e de processos participativos de tomada de decisão, que permitam criar novas oportunidades de organização social, tendo como instrumento norteador para gestão da escola seu Projeto Político Pedagógico; Auxiliar as comunidades escolares no levantamento de necessidades de treinamento e aperfeiçoamento pessoal e institucional relativas à construção e consolidação de uma cultura de paz, bem como criar um sistema de capacitação inicial e continuada, que atenda a essa demanda, em parceria com seus parceiros, investindo, principalmente, nos valores locais; Incentivar para que as escolas criem tempos e espaços alternativos de cultura, educação e lazer, inclusive nos finais de semana, para os jovens, as famílias e suas comunidades, visando à transformação das relações entre a escola e a comunidade; Integrar e aperfeiçoar sistemas de informação e comunicação para mobilizar diferentes atores sociais a se engajarem nas ações de promoção de desenvolvimento comunitário e do protagonismo juvenil; Promover ações intersetoriais que deem suporte à execução do “Geração da Paz”; Desenvolver e operacionalizar um sistema de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no Programa, com a participação dos atores sociais envolvidos. As escolas deverão apresentar processos de articulação social permanentes e integrantes do planejamento pedagógico destas, sendo que as experiências acumuladas subsidiarão ações multissetoriais de curto, médio e longo prazo e políticas públicas de instalação, ampliação e manutenção da paz nas escolas.

11.3 – Projeto Professor Diretor de Turma

O Projeto Professor Diretor de Turma visa à construção de uma escola que eduque a razão e a emoção, onde os estudantes são vistos como seres humanos que aprendem, riem, choram, se frustram...

Uma escola que tem como premissa a desmassificação. Uma escola com plenos objetivos de acesso, permanência, sucesso e formação do cidadão e do profissional.

O *diretor de turma* é um professor que leciona disciplina de sua área de formação e ministra simultaneamente a disciplina de Formação Cidadã. Suas atribuições vão de encontro à articulação entre pais, núcleo gestor, professores e alunos que compõem a turma. O *diretor de turma* tem três horas da carga horária semanal para efetivar: atendimento aos pais; organização do *dossiê* da turma e a disciplina de Formação Cidadã, com vistas a debater sobre as competências sócioemocionais com a criação de um projeto de vida. A partir daí, são discutidos aspectos da educação integral como proposta de articular as vivências dos alunos dentro e fora da escola. A finalidade das ações é promover valores intrínsecos à aprendizagem mediante convivência solidária e social, onde os atores são, também, espectadores. Toda e qualquer intervenção são delineadas em reunião do conselho de turma e registradas em ata.

A metodologia de execução do Projeto Diretor de Turma que se materializa na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, destina 4 (quatro) horas semanais para a realização das atividades específicas. 2(duas) horas para a organização dos instrumentais com informações individuais e coletivas colecionadas em um dossiê e portfólio, 1(uma) hora para atendimento dos pais e alunos, 1(uma) hora para orientação de alunos monitores por disciplina para o estudo orientado e 1(uma) hora referente à aula de formação para a cidadania. Com vistas à compreensão desta política educacional, cabe destacar os objetivos definidos pela SEDUC para o contexto educacional cearense. A saber: Favorecer a articulação entre os professores, alunos, pais e responsáveis, buscando promover um trabalho cooperativo, especificamente, entre professores e alunos, no sentido de adequar estratégias e métodos de trabalho; Tornar a sala de aula uma experiência gratificante, em que todos os professores da turma, familiares, gestão, comunidade escolar, com respectivas parcerias, unam-se com o objetivo de proporcionar uma educação que vise a excelência; Manter a assiduidade dos alunos, estimulando sua permanência na escola e elevando o grau de sucesso da aprendizagem; Oferecer uma educação sustentável que contemple a formação cidadã do educando, estimulando sua participação na vida social, com a tomada de consciência dos problemas que afetam a humanidade; Motivar os alunos para aprendizagens significativas e encorajá-los a ter perspectivas otimistas quanto ao seu futuro pessoal e profissional.

A premissa de desmassificação do aluno defendida nos documentos norteadores do PPDT se configura em uma preocupação em buscar a interação entre escola, professor, aluno e família, o que para os educadores comprometidos com uma gestão democrática, se caracteriza uma possibilidade de participação.

11.4- Projeto Rumo a Universidade

O projeto Preparação: Rumo à Universidade visa ampliar as oportunidades de acesso dos jovens matriculados na rede pública estadual e egressos às Universidades Públicas. Com esse objetivo são desenvolvidas ações que buscam ofertar aos estudantes o suporte necessário para o ingresso no ensino superior, com foco no Enem, entre elas a elaboração de material didático impresso e audiovisual, e a criação do portal Rumo à Universidade.

11.5- Programa Saúde nas Escolas

Fruto do esforço do governo federal em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, o Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286.

É um espaço privilegiado para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos e de doenças, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento integral e propiciando à comunidade escolar o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Sua gestão é centrada em ações compartilhadas e corresponsáveis (pactuadas em termo de compromisso), desenvolvidas por meio dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTIs), numa construção em que tanto o planejamento quanto a execução das ações são realizados coletivamente de forma a atender às necessidades e demandas locais mediante análises e avaliações construídas intersetorialmente. Em nível federal, a coordenação é compartilhada entre os Ministérios da Saúde e da Educação, no âmbito do Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, e do Departamento de Currículos, da Secretaria de Educação Básica (dos Ministérios da Saúde e da Educação, respectivamente).

11.6- Programa de Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola)

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará aderiu ao Programa de Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola), que tem como premissas a democratização do acesso ao esporte, o incentivo da prática esportiva na escola e a identificação e orientação dos talentos escolares. Entre as modalidades de esportes estão:

1. Atletismo - nas provas de velocidade (75m e 100m), resistência (1.000m e 3.000m), salto em distância e arremesso de peso.
2. Judô - nas categorias Super Ligeiro, Ligeiro, Meio Leve, Leve, Meio Médio, Médio, Meio Pesado e Pesado.
3. Voleibol - Na fase escolar, cada escola selecionará uma equipe por faixa etária e gênero que representará sua escola na fase sucessiva.

Quanto à Modalidade Paralímpica do Atleta na Escola, foram definidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, 10 modalidades, na faixa etária de 12 a 17 anos, por gênero feminino e masculino. São elas: atletismo, bocha, goalball, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de roda, voleibol sentado, futebol de 5 (DV) e futebol de 7 (PC), definidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, na faixa de 12 a 17 anos, feminino e masculino.

11.7- Projeto Um Computador Por Aluno (UCA)

Um Computador por Aluno é “um programa de inclusão digital pedagógica nas escolas, com repercussão na família, baseado em um laptop de baixo custo, apto ao enlace de conectividade sem fio (em rede mesh ou *wireless*), objetivando o conhecimento e tecnologias que oportunizam a inovação pedagógica nas escolas públicas” (Proposta de Avaliação UCA, 2010). O projeto é desenvolvido em sintonia com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e com os propósitos do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, o Projeto UCA pretende criar e socializar novas formas de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, para ampliar o processo de inclusão digital escolar e promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação. A implantação desse projeto, em escala mais ampla, pressupõe a formação de recursos humanos que serão, paulatinamente, envolvidos em sua operacionalização para disseminar a proposta e dinamizar a inovação na escola por meio de práticas educacionais que possibilitem novas e ricas aprendizagens aos estudantes, aos professores e aos gestores escolares.

O Programa Um Computador por Aluno (UCA), da SEED/MEC, com duração mínima de dois anos, do qual participaram dez escolas por estado com um máximo de 500 alunos, selecionadas em áreas urbanas e rurais, consistiu no recebimento de laptops educacionais conectados à internet para todos os seus alunos e professores. O Piloto foi planejado para ter esta duração em função do conhecimento que já se têm de que mudanças e inovações na escola são processos longos, complexos e que necessitam de acompanhamento continuado. O período de dois anos foi considerado o tempo mínimo para que os educadores se capacitem para operar pedagogicamente com os recursos digitais. Formar educadores de comunidades escolares com contextos sociais, infraestrutura física, projetos político-pedagógicos e níveis de preparação profissional diferenciados resultam num conjunto que pode refletir as diversidades regionais e dos grupos sociais que compõem o nosso país. A Escola Maria Daurea herdou da extinta Francisco Holanda Montenegroos laptops educacionais e que hoje ainda são instrumentos utilizados para o processo de ensino e aprendizagem.

11.8- Programa Células de Aprendizagem Cooperativa

Inspirado na experiência popular do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE), o projeto tem por objetivo estimular os estudantes a buscarem o ingresso no ensino superior por meio do estudo em célula e da metodologia da Aprendizagem Cooperativa, que utiliza a interação como estratégia para desenvolver a aprendizagem de forma participativa e através da qual exercitam os princípios da autonomia, cooperação e solidariedade, impactando, além do processo de aprendizagem individual e coletivo, o rendimento escolar e a vida em sociedade. O projeto tem como parceiro outro projeto da Rede estadual de educação chamado “Eu Curto a Universidade” que proporciona aos estudantes das escolas públicas um conjunto de atividades que busca estimular, além da prática de estudo em grupo, o protagonismo estudantil, capacitando-os como articuladores de outros estudantes para a organização de suas células estudantis de Aprendizagem Cooperativa. O projeto é desenvolvido a partir de três eixos temáticos: Juventude, Aprendizagem Cooperativa e Protagonismo.

Aos estudantes que participam do Projeto é apresentada a Aprendizagem Cooperativa, metodologia que aborda uma nova forma de estudar e aprender que utiliza a interação discente (estudante-estudante) como estratégia para promover não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas também estimular o desenvolvimento de competências interpessoais necessárias ao trabalho cooperativo. No estudo em célula são formados grupos de estudantes que, de maneira organizada e sistematizada, buscam alcançar metas individuais e coletivas cooperativamente. Na Aprendizagem Cooperativa os estudantes se reúnem na escola ou em residências nas localidades rurais e percebem como também responsáveis pelo seu próprio aprendizado, sendo estimulados sua autonomia e protagonismo no processo de aprendizagem. As células são organizadas pelo Diretor de Turma de cada turma e servem como instrumento de avaliação para o desempenho acadêmico dos alunos.

11.9- Programa Círculos de Leitura

Idealizado pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, o Projeto Círculos de Leitura busca apoiar o jovem no desenvolvimento de sua identidade, cidadania e relacionamento com a comunidade através da leitura. Em grupo, os alunos criam um espaço para compartilhar experiências e ampliar o universo de conhecimento através das palavras e do vínculo com o outro. Para adquirir capacidade cognitiva, os alunos necessitam de instrução efetiva em cinco áreas: fonêmica, fonética, fluência, vocabulário e compreensão do texto. Em pequenos círculos, os participantes alternam-se, lendo em voz alta e parando periodicamente para discutir o significado dos trechos lidos. Desenvolvemos assim a linguagem oral e a habilidade de reflexão e argumentação a partir das obras e conhecimentos adquiridos.

O projeto trabalha com obras literárias que abordam temas universais, com os quais o jovem pode se identificar, ampliando seu repertório cultural e relacionando suas experiências com histórias que sobrevivem ao tempo. Os clássicos são atemporais, questionam a ordem cronológica e encerram o verdadeiro espírito da humanidade. Entre as obras utilizadas, encontram-se “A Odisseia”, de Homero, “A Trilogia Tebana”, de Sófocles, “Romeu e Julieta”, de William Shakespeare, “O Banquete”, de Platão, “Robinson Crusoe”, de Daniel Defoe, “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, “Alice no País das Maravilhas”, de Lewis Carroll, “O Velho e O Mar”, de Ernest Hemingway, “O Mágico de Oz”, de Frank Baum, “O Pequeno Príncipe” de Antoine de Saint-Exupéry, “Fernão Capelo Gaivota”, de Richard Bach, e contos selecionados de autores como Machado de Assis, Clarice Lispector e Gabriel García Márquez.

O projeto possui objetivos como: Reforçar a formação do caráter de alunos de escolas públicas a partir da identificação com os clássicos da literatura mundial, preparando tais jovens para o convívio em sociedade

pautado por valores éticos e morais; Formar jovens lideranças capazes de multiplicar seu conhecimento e capacidade de reflexão junto aos colegas e à comunidade; Promover o hábito da leitura e desenvolver o gosto pela literatura clássica não apenas como atividade intelectual, mas também como produção cultural e

artística; Desenvolver competências cognitivas, tais como a análise, interpretação e associação, capacidades indispensáveis à formação de leitores críticos; Ampliar o acesso do jovem de baixa renda a recursos culturais dentro e fora de seu bairro, expandindo seu repertório; Sistematizar e difundir novas estratégias e recursos educacionais para o aprendizado; Apoiar a formação de jovens e adultos que promovam a prática da leitura, reflexão e debate em suas comunidades e apoiar a formação de jovens e adultos que promovam a construção, o acesso e o uso comunitário da biblioteca escolar.

Na escola os círculos de leitura são organizados pelas professoras do Laboratório de Ensino em Informática que dão todo o suporte para os grupos e formações para os multiplicadores.

12. AGREMIÇÕES

12.1 Conselho Escolar

Conselho Escolar é o órgão colegiado da escola pública, com função deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica, ao qual cabe avigorar o projeto político-pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar, que deverá orientar-se pelo princípio democrático da participação. “.... os Conselhos Escolares representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade”. In: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf

12.1.1 composição

O Conselho Escolar é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Recomenda-se que os Conselhos Escolares sejam constituídos por um número ímpar de integrantes, procurando-se observar as diretrizes do sistema de ensino e a proporcionalidade entre os segmentos já citados, ficando os diretores das escolas como “membros natos”, isto é, os diretores no exercício da função têm a sua participação assegurada no Conselho Escolar. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas. Ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado só porque faz parte dele. Contudo, o diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Conselho Escolar e também como o articulador das ações de todos os segmentos, visando a efetivação do projeto pedagógico na construção do trabalho educativo. Ele poderá – ou não – ser o próprio presidente do Conselho Escolar, a critério de cada Conselho, conforme estabelecido pelo Regimento Interno. Na nossa instituição farão parte do Conselho escolar:

Representantes dos docentes: 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;

Representantes dos funcionários: 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;

Representantes dos discentes: 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;

Representantes dos pais de alunos: 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;

Diretor da escola é membro nato;

Um (1) Coordenador Escolar;

12.1.2 Principais Atribuições

De modo geral, podem ser identificadas como atribuições dos Conselhos Escolares elaborar o Regimento Interno do Conselho Escolar;

- Coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar; convocar assembléias gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos; garantir a participação das comunidades escolar e local na definição do projeto político-pedagógico da unidade escolar;
- Promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local;
- Propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na escola;
- Propor e coordenar discussões junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente; participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação vigente;
- Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;
- Elaborar o plano de formação continuada dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação; aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da escola, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros, promovendo alterações, se for o caso;
- Fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar;
- Promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares.

12.1.3 Eleições para o Conselho

A escola estabelece seu próprio regulamento para a eleição dos integrantes do conselho. Este regulamento deve conter regras transparentes e democráticas (ver modelo disponibilizado no Portal MEC). A convocação para a criação do conselho pode surgir por iniciativa do diretor da escola ou de qualquer um dos representantes. Os conselheiros devem ser escolhidos pela sua possibilidade de efetiva participação, disponibilidade e compromisso. É preciso saber também dialogar e respeitar as decisões da maioria. Podem participar representantes de pais, alunos, professores, demais funcionários da escola, membros da comunidade local e o diretor da unidade escolar que é membro nato, ou seja, tem sua participação assegurada na composição do conselho, porém, não necessariamente como presidente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 14, estabelece que cada sistema de ensino deve definir suas próprias normas de gestão democrática do ensino público, de acordo com suas peculiaridades.

“Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

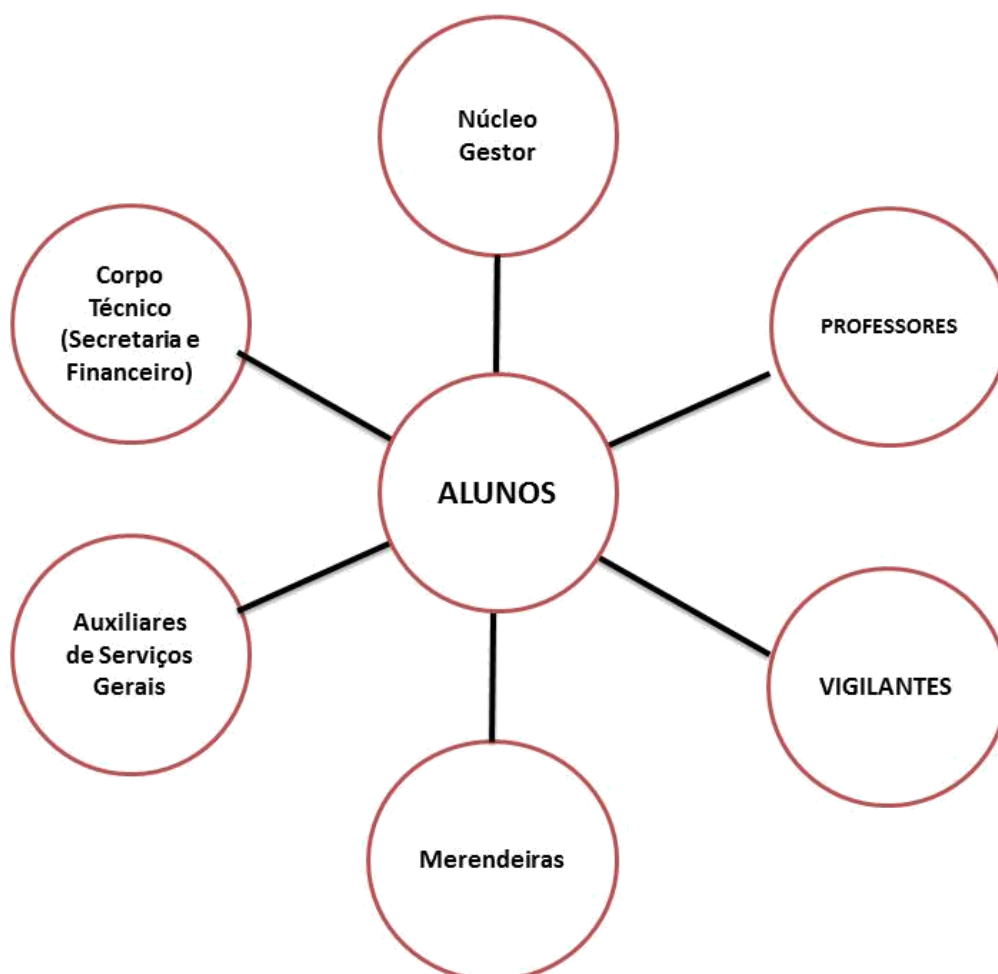
13.RECURSOS

13.1 – Recursos didáticos

A instituição de ensino Maria Daurea Lopes é uma escola recém inaugurada padrão MEC, que conta com uma sala de vídeo, uma sala de Multimeios, sala do Grêmio, sala de profrssores, sala de Coordenação, diretoria, secretaria, sala de planejamento, 1 laboratório de Biologia, 1 de química, 1 de física, 1 de matemática e 2 de informática. Conta ainda com 6 salas de aula , 1 anfiteatro, 1 refeitório e um ginásio poliesportivo. Em relação aos recursos didáticos nossa escola oferece suportes como: com uma impressora multifuncional Sansung, 2 televisores, um aparelho de DVD , 5 notebook Dell Latitude, um micro system, 312 laptops educacionais do Projeto UCA, 6 projetores multimídia, 14 tablets de 7' e 3 tablets de 10', 1 caixa de som tipo amplificada e 3 de áudio comum e quadro branco em todas as salas. Estes recursos são utilizados de acordo com as necessidades dos professores em suas respectivas disciplinas.

No laboratório de Informática, a escola possui 20 computadores e nos demais laboratórios com equipamentos suficientes para realizações de práticas laboratoriais, dando um suporte significativo nas disciplinas de biologia, química , física e matemática.

13.2- Recursos Humanos



13.2.1- Alunos

Os alunos não passam por uma seleção para entrar na escola mais realizam uma avaliação diagnóstica nos primeiros dias de aula para serem formadas as turmas. Os alunos são selecionados para as turmas de acordo com o resultado das avaliações e de acordo com suas localidades para tornar possível alguns projetos da escola, como o exemplo as células cooperativas, mas são organizados heterogeneamente, considerando seus níveis de aprendizagem. No ano de 2018 o **número de alunos matriculados somam 283 alunos**

13.2.2 - Professores

Atualmente o quadro de professores da escola encontra-se da seguinte forma:

Professor	Cargo/Função	C/H SEM	Turmas SEMESTRE 1	Turmas SEMESTRE 2	Método de Inserção na escola	Disciplina
Alcilene de Almeida Santos	Professor CTPD	6	EJA B	EJA B		Ciências da Natureza
Antônio Írio Coelho de Souza	Professor Efetivo	21	1A ,2B, 3A	1B, 2A,3B		Biologia, Química
Divanete Ferreira de Araujo	Professor CTPD	6	1B, 2A , 3B	1A,2B, 3A	Art. 4	Artes e Inglês
Fábio Ferreira da Silva	Professor CTPD	19	1B, 2A,3B	1A,2B, 3A	Art. 4	Geografia e FCDCSE
Francisca Katiana de Queiroz Severo	Professor CTPD	40	1A,1B,2B, EJA B	1A,1B,2B, EJA B	Seleção SEDUC	Matemática e FCDCSE
Francisco José Holanda	Professor Efetivo	40	1A,1B,2A,2B 3A,3B,Multimeios	1A,1B,2A,2B 3A,3B,Multimeios		Redação, Língua Portuguesa
Francisco Wellington Silva de Amorim	Professor CTPD	13	1B, 2A, 3B	1A,2B, 3A	Seleção SEDUC	Física
Gesebel de Lavor Araujo	Professor CTPD	32	EJA B e LEI	EJA B e LEI	Seleção SEDUC	Linguagens e Códigos
Gilberto Marinho da Silva	Professor CTPD	19	1A, 2B,3A , EJA Qualifica	1B, 2A, 3B, EJA Qualifica	Art. 4	História e Ciências Humanas
Gilquele Gomes de Araujo	Professor CTPD	34	1A,1B,2A,3A	1A,1B,2A,3A	Seleção SEDUC	Lingua Paotuguesa e PCA
Ivaneide Alves de Araujo	Professor CTPD	40	LEC	LEC	Seleção SEDUC	
Jeilson Lucas Barbosa	Professor CTPD	14	2A	2A	Art. 4	NTPPS e FCDCSE
Jessica Pinheiro Gondim	Professor CTPD	9	2B, 3A	2A, 3B	Seleção SEDUC	Química
Karla Yvna Lopes Cavalcante	Professor CTPD	18	1A,1B,2A,2B,3A, 3B	1A,1B,2A,2B,3A, 3B	Seleção SEDUC	Ed. Física
Maria Emilsan de Lavor	Professor CTPD	20	1B, 2A, 3B e EJA Qualifica	1A,2B,3A e EJA Qualifica	Art. 4	Filosofia, Ciências da Natureza e FCDCSE
Mauricélia Alves de Lavor	Professor CTPD	32	2A,3A,3B	2A,3A,3B	Seleção SEDUC	Matemática e PCA
Monssuete Alves de Araujo Jacó	Professor CTPD	20	LEI	LEI	Seleção SEDUC	
Nacizo Cândido Neto	Professor CTPD	19	1A,2B,3A e EJA B	1B, 2A,3B e EJA B	Art. 4	Sociologia e Ciências Humanas
Sabrina Assunção de Oliveira Nobre	Professor CTPD	45	1A,3A,1B,2B,3B e EJA Qualifica	1A,3A,1B,2B,3B e EJA Qualifica	Art. 4	NTPPS, FCDCSE e EJA qualificação profissional (informática)

Dados: Sige lotação em 21/06/2018

14. AVALIAÇÕES

A avaliação do rendimento escolar terá como base a concepção do aluno como construtor e promotor do seu conhecimento, por meio da interação entre todos os envolvidos no processo, a fim de que possa interferir e participar ativamente do contexto sociocultural no qual está inserido. A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ser contínua, sistemática e integral, visando identificar até que ponto os objetivos propostos foram alcançados.

14.1 Diagnóstico educacional: acompanhamento e resultados

A avaliação terá como objetivos:

1. Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, em todos os seus aspectos (cognitivo, sócio-afetivo e o cooperativismo), tendo em vista o aproveitamento escolar das turmas e de cada aluno, nos diferentes momentos do ano letivo;
2. Diagnosticar as dificuldades dos alunos e suas causas, bem como seus êxitos, tanto no início do ano nas avaliações diagnósticas, no decorrer do semestre (para as disciplinas semestrais) e no ano letivo (para as disciplinas anuais);
3. Garantir a reformulação do planejamento das atividades docentes, oferecendo subsídios em seus aspectos formativos e informativos.
4. No caso de avaliação de ingresso/transferência, inserir o aluno no ano e turma mais adequados conforme previsto na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Art. 23 § 1º e Art. 24, I, c.

14.2 Instrumentos de avaliação

A verificação do rendimento se concretizará na avaliação contínua do processo ensino-aprendizagem, a partir de situações planejadas formais e não formais, tais como: provas, testes, trabalhos, apresentações de seminários, atividades dinâmicas podendo ser individuais, em duplas, em grupos (nas aulas de NTPPS), além da observação e análise do desenvolvimento global do aluno, preponderando sempre o aspecto qualitativo e quantitativo. Fica estabelecida a utilização de, no mínimo, três instrumentos formais de avaliação por bimestre, tais como: avaliação parcial, avaliação global e o rendimento das células de aprendizagem cooperativas. Por avaliação contínua entende-se a que ocorre durante todo o período letivo e em todos os componentes curriculares, revelando as potencialidades do aluno e o seu grau de desenvolvimento, propiciados pelas vivências curriculares.

Por aspecto qualitativo entende-se a avaliação global do aluno, observando-se seu desenvolvimento cognitivo, linguístico, sócio-afetivo, cooperativo e de aquisição de conteúdos no decorrer do processo educativo, tendo por base situações formais e não formais.

Por aspecto quantitativo entende-se o acúmulo de conhecimentos adquiridos pelo aluno. A avaliação deve ser realizada pelo professor, considerando elementos da avaliação formal. No decorrer do período letivo serão atribuídas 4 (quatro) notas bimestrais para as disciplinas anuais e 2 (duas) notas bimestrais para as disciplinas semestrais e uma média anual em cada componente curricular. As notas bimestrais serão resultado da média das diferentes avaliações realizadas no período. Para as disciplinas anuais a média anual de cada componente curricular será resultante da média aritmética das 4 (quatro) respectivas notas bimestrais, já para as disciplinas semestrais será a média aritmética das 2 (duas) notas daquele bimestre. O registro do resultado da avaliação bimestral do rendimento escolar dos alunos será expresso em notas que variam de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se 6 (seis) como a média mínima de aprendizagem satisfatória.

14.3 Conselho de classe

O direito à participação está garantido na Constituição Federal Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A LDB nº 9394/1996 no seu “Art. 14 diz que “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” Esse princípio supõe a socialização do poder com a instituição da ampla participação dos diversos segmentos da escola como Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Conselhos de Classe, entre outros, em especial no processo de tomada de decisões.

Entre os diversos segmentos está o Conselho de Classe, sendo mais um dos mecanismos de participação da comunidade na gestão e no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na unidade escolar. É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção, alunos e pais se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Constitui-se numa das instâncias de vital importância num processo de gestão democrática, visto que articula todo o processo de ensino e aprendizagem.

23

O Conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado neste Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, que permite a participação efetiva dos alunos, pois o mesmo:

- Tem caráter diagnóstico, de acompanhamento e de promoção;
- É representativo e deliberativo.
- Possibilita a participação dos estudantes (líderes de turma), através da elaboração da pauta de avaliação, negociação com os professores e leitura nos conselhos.
- Deve possuir uma ficha de acompanhamento das dificuldades/observações/ encaminhamentos.
- Promove o retorno da avaliação aos estudantes e às famílias e diferente dos demais órgãos sua participação é direta, efetiva e coletiva;
- Possui uma organização plural e seu foco de trabalho é a centralidade na avaliação do rendimento escolar;
- É reflexo de um comportamento investigativo contínuo e dinâmico do professor, sobre toda a relação pedagógica instalada e construída nas salas de aula;
- É uma atividade avaliativa constituída a partir das vivências em sala de aula. Envolve todos os participantes do processo ensino-aprendizagem e tem como pontos principais a troca de experiências, a reflexão sobre a aprendizagem dos alunos e a prática e os resultados das estratégias de ensino. A presença significativa dos alunos na comunidade de aprendizagem é fundamental e garantido por lei, eles precisam estar ativamente envolvidos nos processos que dizem respeito à sua vida na escola, vivenciando práticas de reflexão e atuação, de debate e confronto de opiniões.

“Os alunos aprendem democracia vivendo e construindo sua comunidade democrática de aprendizagem e de vida, aprendendo a pensar e atuar por meio dos conteúdos escolares que lhes permitam transformar seu próprio pensamento e seus comportamentos” (PÉREZ GÓMEZ, 2000, p. 97).”

Na pesquisa, Lonrezoni(1992, p. 2) relata uma experiência muito interessante pautada no planejamento participativo de acordo com a (LDB Lei nº 9394/1996) em seu artigo 12. inciso VI “estabelece uma nova perspectiva de Planejamento Participativo, possibilitando a autonomia das escolas em definir as suas regras democráticas bem como a participação da Comunidade Escolar.” Assim para que o Conselho de Classe se torne produtivo, é fundamental que os professores tenham clareza das finalidades de cada reunião, que os alunos tenham voz, que os pais sejam chamados a participarem, que os professores tenham consciência do Projeto e que o núcleo gestor responsável pela organização vista a camisa da gestão democrática.

Necessário se faz portanto que todos os segmentos tenham claro a sua missão e os objetivos do Conselho que são:

- Promover uma visão abrangente do papel da avaliação no processo ensino-aprendizagem;
- Valorizar o progresso individual do aluno, seu comportamento cognitivo, afetivo e social;
- Reconhecer o contexto familiar em que o aluno está inserido;
- Incentivar a autoanálise e autoavaliação dos profissionais de ensino;
- Propiciar mudanças tanto na prática docente, no currículo e na dinâmica escolar;
- Traçar metas para que as mudanças sugeridas sejam efetivamente realizadas;

O conselho de classe é uma oportunidade única de reunir os docentes das diversas disciplinas de um mesmo ano com o objetivo de analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas. Quando as discussões são bem conduzidas, elas favorecem aspectos como a análise do currículo, da metodologia adotada e do sistema de avaliação da instituição.

Dessa forma, possibilitam aos professores uma interessante experiência formativa, permitindo a reavaliação da prática didática. Entretanto, se o conselho é mal planejado, ele se transforma em um desabafo coletivo e em uma cascata de queixas, que mais se assemelha a um tribunal onde o aluno é o réu. Infelizmente, ao invés de deter a análise sobre o que o estudante produz, por vezes as discussões giram em torno daquilo que ele não faz: não realiza as lições de casa, não traz o material, falta em muitas aulas, não entrega as atividades ou que faz inadequadamente: conversa muito durante as aulas, copia o trabalho dos colegas, é desrespeitoso com o professor.

14.4 Boletim

As notas e as frequências bimestrais deverão ser registradas no diário online e nos materias de escriturações do sistema virtual Sige Escola, pelos professores regentes em parceria com Secretaria Escolar. O boletim deve ser impresso quando este for solicitado pelos pais ou responsável pelo aluno.

14.5 Aprovação e Promoção

A aprovação e promoção do aluno ocorrerá com base no resultado das avaliações e no percentual de frequência. Será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para a aprovação, independente do seu rendimento escolar de acordo com o Art.26, VI da Lei 9.394/96 (LDB) e Pareceres 5/97 e 12/97 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE). O aluno que obtiver média anual igual ou superior a 6 estará aprovado e será promovido para o ano seguinte. Os resultados da aferição do rendimento escolar serão apreciados pelo Conselho de Classe e, no caso de algum impasse, caberá a esse Colegiado decidir sobre o procedimento mais adequado, no consenso da maioria.

14.6 Recuperação da aprendizagem

No caso em que o baixo rendimento escolar for uma situação global da turma, serão adotadas medidas que visem apontar as causas desse resultado e estratégias adequadas à sua solução, tais como: análise dos instrumentos usados nas avaliações do Diretor de Turma, revisão dos conteúdos programáticos, análise do comportamento da turma como um todo e dos problemas apresentados, avaliação cooperativa professor/aluno e auto-avaliação do professor e do aluno. Para a solução dos problemas de ensino-aprendizagem serão previstas aulas de apoio ou outras estratégias de recuperação paralela de acordo com o Art.26, VI da Lei 9.394/96 (LDB) e Pareceres 5/97 e 12/97 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE). As atividades de recuperação serão proporcionadas aos alunos que apresentarem baixo rendimento, paralelamente,

ao longo do ano. No primeiro semestre os alunos reprovados nas disciplinas semestrais terão a oportunidade de recuperar no semestre seguinte assistindo aulas no contra-turno da(s) referida(s) disciplina(s) reprovada(s) ou na impossibilidade de virem no outro turno os alunos devem ser acompanhados por metodologias a distância pelos professores da respectiva disciplina de reprovação do aluno. Para os discentes reprovados nas disciplinas do segundo semestre terão a oportunidade de recuperar suas notas em 10 (dez) dias de recuperação. Caso o aluno ainda assim não consiga ser aprovado em até três disciplinas terá a oportunidade de fazer a progressão parcial. A maior nota será a que sempre prevalecerá.

14.7 Reprovação

Os alunos serão reprovados quando obtiverem:

1. frequência anual inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas;
2. média anual inferior a 6 (seis) em qualquer componente curricular;

15 PROGRESSÃO PARCIAL

Com o objetivo de garantir a progressão parcial alicerçada pelo Regimento Escolar, a EEM Maria Daurea Lopes elaborou um documento de orientações para a operacionalização com fins de garantir um reforço de qualidade através da progressão parcial. Sabemos que a avaliação deve estar sempre em consonância com os objetivos elencados no planejamento pedagógico. Não é possível compreender o ato de avaliar como um momento de início e fim num curto espaço de tempo, nem mesmo descolá-lo dos temas oferecidos ao aluno. Afinal, o processo de avaliação não se encerra com a aplicação de um instrumento e com a análise dos resultados obtidos. Avaliar implica em tomar decisões para o futuro, a partir desses resultados, pois a avaliação é um processo contínuo para o aperfeiçoamento do ensino e uma ferramenta para planejar/avaliar/replanejar.

Visando contribuir para as discussões em torno da questão fundamental de como avaliar os alunos que estão em Progressão Parcial, apresentamos a seguir orientações básicas para elaboração de instrumentos de avaliação e relatórios de acompanhamento do desempenho dos alunos. É importante ressaltar que as orientações aqui expostas sugerem alguns desses mecanismos, sem pretender esgotar o debate sobre os instrumentos de avaliação educacional, principalmente por reconhecer que o professor, que compartilha a intimidade com seus alunos no cotidiano da sala de aula, é o grande regente dessa criação. O processo de avaliação passará por quatro etapas, que no final será somada e dividida por quatro.

15.1 Provas objetivas

Uma prova objetiva é elaborada com questões de múltipla escolha, as quais devem ser formuladas com as seguintes características:

Resposta Única: Enuncia o problema ou uma situação-problema na forma de pergunta e apresenta as alternativas de resposta.

Afirmção Incompleta: Apresenta o enunciado do problema ou situação-problema como uma afirmação a ser completada por uma das alternativas.

Resposta Múltipla: Apresenta uma situação contextualizada com afirmativas pertinentes a ela. A seguir, enuncia o problema ou situação-problema na forma de pergunta ou afirmação incompleta e apresenta uma chave de respostas.

Preenchimento de Lacuna: Traz uma sentença com partes suprimidas para serem completadas com palavras apresentadas nas alternativas.

Associação de Colunas: Apresenta elementos com alguma relação entre si e, por isso, podem ser associados.

Alternativas Constantes: Apresenta uma situação sobre a qual são feitas, geralmente, quatro afirmativas para considerações de certo/errado, falso/verdadeiro ou sequência numérica. Esses tipos de questões, que caracterizam as provas objetivas, possibilitam avaliar desde a memorização significativa até as habilidades mais complexas do pensamento, como a generalização, a crítica, a interpretação, a análise e a síntese.

Para elaborá-las, o professor deve seguir algumas orientações básicas para a formulação do enunciado e das opções de respostas, conforme explicitamos a seguir:

15.1.1 – Criando o enunciado

Quanto ao enunciado: Normalmente, o enunciado é composto de uma instrução, um suporte e um comando e deve conter todas as informações necessárias para que o discente resolva a questão proposta. Na sua elaboração, deve-se ter o cuidado de evitar que o aluno cometa erros porque não compreendeu o que estava sendo proposto (a instrução e comando). Portanto, ao elaborar uma questão objetiva, considere as seguintes informações:

A instrução deve ser curta e objetiva.

O suporte, quando necessário e em língua portuguesa é fundamental, deve ser um elemento inspirador para o professor construir uma situação-problema que meça adequadamente o conhecimento que se pretende avaliar no aluno, ao mesmo tempo que seja atraente e estimulante para o aluno na busca da resposta correta.

O comando para resposta deve indicar de forma clara e objetiva a tarefa a ser realizada pelo aluno para marcar a alternativa correta (mesmo que ele erre), sem omitir, entretanto, as informações necessárias para a resolução da situação-problema solicitada.

Na montagem do enunciado, recomenda-se não utilizar "pegadinhas" nem "dicas"; evitar o emprego de palavras muito inclusivas como: sempre, nunca, todo; o vocabulário deve ser adequado ao nível de escolaridade do aluno; reduzir as negativas, se necessário seu uso, deve-se grifá-las; excluir qualquer referência discriminatória quanto à etnia, religião e gênero; não incluir dados inúteis para a resposta; abordar assuntos de real importância, descartando detalhes irrelevantes; construir as questões de modo que possam diferenciar os diversos níveis de aprendizagem.

15.1.2- Criando as alternativas

As alternativas de respostas devem ser construídas de modo a produzir informações que sejam relevantes sobre a habilidade avaliada. Portanto, a resposta correta (gabarito) deve validar o processo de aprendizagem, enquanto que as demais alternativas, embora incorretas, devem apontar caminhos de raciocínio do aluno, por delimitarem a sua etapa de desenvolvimento da aprendizagem.

- As respostas devem incluir uma única opção correta e as opções incorretas devem ser plausíveis.
- As opções devem ser apresentadas em uma ordem explícita.
- As opções devem ser construídas de maneira a impedir que os alunos acertem a questão por exclusão.
- As frases que explicitam as respostas devem ter aproximadamente a mesma extensão.

- Evitar a superposição, ou seja, o que já foi afirmado em uma resposta não deve aparecer em outra.
- Não devem ser propostas opções como "nenhuma das opções anteriores" ou "todas as opções anteriores".

15.2 Provas operatórias

As provas operatórias são instrumentos de avaliação com questões abertas, formuladas com o objetivo de diagnosticar as etapas da construção do conhecimento em que os alunos se encontram. Devem ser elaboradas para avaliar o desenvolvimento de operações mentais tais como a análise, a comparação, a generalização e a interpretação. Para tanto, deve-se refletir sobre o tipo de habilidade mental que se pretende avaliar, quais foram as habilidades mais significativas desenvolvidas no trabalho em sala de aula, que níveis de aprofundamento devem ser avaliados em relação ao desenvolvimento cognitivo dos alunos. É importante que a questão tenha uma relação direta explícita com o conhecimento construído em sala de aula.

27

15.2.1- Roteiro básico para formulação das questões abertas

Inicialmente, o professor deve delimitar a etapa da construção do conhecimento que pretende avaliar e mapear as possíveis linhas de raciocínio a serem percorridas pelo aluno. Tendo isso definido, deverá então selecionar o texto ou situação-problema que vai descrever, relacionar essa situação com o conhecimento construído em sala de aula e elaborar a questão utilizando a palavra operatória adequada à operação mental necessária à obtenção da resposta à referida questão. Para isso, é importante levar em consideração as orientações a seguir:

- as questões devem ser redigidas de modo a propiciar um diálogo do aluno com o conhecimento;
- as questões devem ser elaboradas de maneira que o aluno se sinta convidado a pensar e a transcrever suas reflexões sobre que está sendo perguntado;
- as questões não podem ser dúbias ou capciosas;
- as questões devem ser formuladas de forma que o professor verifique o que o aluno sabe;
- uma boa estratégia é a pergunta ser formulada a partir de uma síntese do que foi ministrado propiciando ao aluno refletir sobre o mundo mediado pelo tema estudado;
- no enunciado da questão devem ser utilizadas palavras operatórias que explicitem para o aluno a operação mental que deverá realizar: analise, classifique, compare, critique, levante uma hipótese, justifique, explique, interprete, reescreva, descreva, localize, opine, comente, exponha, construa, relacione, sintetize, são alguns exemplos, dentre outras.

15.3- Autoavaliação

A autoavaliação, se bem aplicada, é um importante instrumento na reconstrução do processo de aprendizagem dos alunos, pois não só identifica como ele se efetiva, como também pode fornecer elementos para seu redirecionamento. A autoavaliação deve ser vista como um instrumento de reflexão para o professor e para os alunos, pois é a partir dessas reflexões que será elaborado um plano de ações com as deficiências identificadas e as ações corretivas pactuadas que deverão ser implementadas. Portanto, não é somente o aluno que se autoavalia, o professor também deve se autoavaliar. Outro ponto relevante é que o professor não deixe a avaliação somente para o final do bimestre ou do semestre uma vez que é sempre necessário identificar quais pontos precisam ser melhorados e abordá-los de maneira objetiva ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem. Para a utilização da autoavaliação como instrumento norteador do processo de ensino e aprendizagem, na sua elaboração o professor deve considerar: Não permitir ao aluno atribuir sua própria nota: Embora seja adequado explicar para os alunos os conceitos que justificam a sua nota, o peso de qualquer avaliação é tarefa do professor e transferi-la para o aluno não acrescenta qualquer valor ao processo de aprendizagem. Não formular questionamentos genéricos: Quanto

mais específicas e objetivas forem as questões formuladas, mais focados serão os alunos na identificação das dificuldades. Portanto, evite perguntas como “Você gosta de estudar?”, “O que você aprendeu de importante neste bimestre?”, “Como você avalia seu professor?” ou “Como você avalia sua aprendizagem?”, pois conduzirão os alunos a respostas subjetivas, vagas que não permitirão a construção de um plano possível para a correção das dificuldades a serem vencidas.

Não avaliar sem comentar os resultados: Qualquer avaliação deve ter o seu resultado comentado com os alunos, principalmente o resultado da autoavaliação, o qual deve ser exaustivamente debatido com os alunos, pois será a partir desse debate que se construirá o plano de ação.

Aplicado o instrumento de autoavaliação, promovido o debate e identificados os pontos fracos, cabe ao professor a proposição de alternativas de correção das deficiências focadas no essencial, possíveis de realização, com todos assumindo o compromisso de cumpri-las.

15.4- Avaliação a distância

O conceito de educação a distância está relacionado à utilização de algum recurso tecnológico e didático para mediar a comunicação entre professores e alunos, em espaço e tempos distintos. Deste modo, essa modalidade educacional é responsável por romper com os paradigmas educacionais tradicionais na medida em que torna possível, através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), estabelecer a relação de ensino e aprendizagem. Em se tratando de educação a distância, a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem/AVA, também conhecidos como salas virtuais, cumpre a função de estabelecer a comunicação entre professores e alunos, bem como dinamizar as aulas teóricas através de vídeoaulas, exercícios, chats e fóruns. Veja a tabela abaixo e analise as diversas ferramentas de interação.

Exemplos	Categoria	Descrição
Correio Eletrônico	Comunicação/Interação	Indicado para enviar e receber arquivos anexados às mensagens, esclarecer dúvidas, dar sugestões, etc.
Chat	Comunicação/Interação	Permite a comunicação de forma mais interativa e dinâmica. Em cursos de EAD essa ferramenta é utilizada como suporte para a realização de reuniões e discussões sobre assuntos trabalhados no curso. Este recurso é também denominado de bate-papo.
Fórum	Comunicação/Interação	Mecanismo propício ao desenvolvimento de debates. O fórum é organizado de acordo com uma estrutura de árvore em que os assuntos são dispostos hierarquicamente, mantendo a relação entre o tópico lançado, respostas e contra-respostas.

FAQ	Gerenciamento/comunicação	Também conhecido por Perguntas Frequentes, esta ferramenta auxilia o tutor/professor a responder as perguntas mais frequentes. Dessa forma, há uma economia de tempo e o aluno pode, ao invés de questionar o professor, consultar a ferramenta para verificar se já não existe uma resposta para sua dúvida disponibilizada no ambiente.
Perfil	Gerenciamento	Auxilia a disponibilização de informações
		(tais como: e-mail, fotos, mini-curriculo) pessoais dos alunos e professores do curso.
Acompanhamento	Gerenciamento	A ferramenta, geralmente, apresenta informações que auxiliam o acompanhamento do aluno pelo professor, assim como, o auto-acompanhamento por parte do aluno. Os relatórios gerados por essa ferramenta apresentam informações relativas ao histórico de acesso ao ambiente de aprendizagem pelos alunos, notas, frequência por seção do ambiente visitada pelos alunos, histórico dos artigos lidos e mensagens postadas para o fórum e correio, participação em sessões de chat, mapas de interação entre os professores e alunos.
Avaliação(on-line)	Gerenciamento/comunicação	Esta ferramenta envolve as avaliações que devem ser feitas pelos alunos e recursos on-line para que o professor corrija as avaliações. Do mesmo modo, fornece informações a respeito das notas, registro das avaliações que foram feitas pelos alunos, tempo gasto para resposta, etc.

Fica a critério do professor escolher quais ferramentas utilizar e sua forma de avaliar.

15.5- Plano especial de estudo

O Plano Especial de Estudos (Anexo 5) deve ser elaborado a partir dos indicadores definidos no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar e com base nas informações elencadas no Relatório de Desempenho do Discente (Anexo 4). Esse Plano Especial de Estudos é um conjunto de ações pedagógicas (estratégias) a ser implementadas com vistas a possibilitar ao aluno uma nova oportunidade de aquisição de conhecimentos.

Portanto, ao construí-lo, o professor deve considerar os seguintes aspectos:

- As habilidades e competências que o aluno ainda não desenvolveu;
- Os conteúdos necessários e atividades diversificadas que possibilitarão o desenvolvimento dessas habilidades e competências;
- Os instrumentos que serão utilizados para avaliar o aluno;
- O cronograma que o aluno deve cumprir no bimestre.

O Relatório de Desempenho do Discente é o documento que fundamentará a elaboração do Plano Especial de Estudos. Emitido pelo professor da disciplina de retenção do aluno, um para cada aluno reprovado que entrar em Progressão Parcial, esse relatório descreve as principais habilidades e competências que o aluno não desenvolveu ao longo do ano letivo, daí a sua reprovação na disciplina. Considerando a realidade de cada unidade escolar, é recomendável a realização de uma reunião para orientar os professores quanto aos procedimentos a serem adotados para a Progressão Parcial.

15.6- Compete a Gestão Escolar

Compete à Equipe Pedagógica da Unidade Escolar organizar o processo de progressão parcial, baseando-se nos seguintes pontos:

1. Inserir a Progressão Parcial no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
2. A progressão parcial é cumprida no ano letivo seguinte;
3. Priorizar sua efetivação dentro de cada ano letivo subsequente, para evitar que o aluno chegue ao término do curso com disciplinas pendentes;
4. Orientar os professores na elaboração e entrega do Relatório de Desempenho do Discente (Anexo 4) e Plano Especial de Estudos (Anexo 5);
5. Definir os professores que serão responsáveis pela elaboração e aplicação do Plano Especial de Estudos;
6. Caso o aluno seja transferido para outra unidade escolar no período da Progressão Parcial, fazer constar nos documentos de transferência do aluno a(s) séries/disciplinas em que o aluno se encontra em dependência, anexando o Relatório de Desempenho do Discente que especifica os conhecimentos que não foram adquiridos, para orientar a construção de Plano Especial de Estudos;
7. Fazer registrar no Sistema Eletrônico de Registro Escolar a existência de situação de dependência do discente na relação nominal da turma/série para a qual progrediu, bem como os resultados das avaliações. (caso o sistema permita esse registro)

15.7- Compete ao Professor

Ao professor, sob orientação e acompanhamento da Equipe Pedagógica, compete:

1. Elaborar, e entregar à Equipe Pedagógica, o Relatório de Desempenho do Discente, referente aos alunos que encaminhará para Progressão Parcial no ano letivo seguinte, conforme Anexo 4;
2. Assumir alunos em Progressão Parcial, conforme definição da Equipe Pedagógica;
3. Elaborar Plano Especial de Estudos, conforme Anexo 5;
4. Aplicar e corrigir os instrumentos de avaliação definidos no Plano Especial de Estudos, registrando seus resultados nos instrumentais em anexo, bem como no Sistema Eletrônico;
5. Fazer as atividades no prazo determinado no calendário conforme anexo 3
6. Entregar os resultados no prazo determinado pelo calendário na Secretaria Escolar

15.8- Procedimentos para a Progressão Parcial

Primeiramente os pais devem preencher os termos de compromisso (anexo 1), em seguida:

- Os professores devem listar os conteúdos a serem estudados e entregar aos alunos no primeiro encontro presencial (anexo 2) de acordo com as habilidades e competências não adquiridas conforme o relatório de desempenho do discente (anexo 4) preenchido pelo professor da disciplina de reprovação.
- Entregar o calendário com os dias de encontros presenciais e a distância, assim como os dias de avaliação no primeiro encontro presencial (anexo 3)
- Fazer a auto-avaliação com o aluno

- Elaborar o plano especial de estudo de acordo com anexo 5
- Executar as atividades de acordo com o calendário em anexo 3
- Entregar a secretaria o resultado final individual do aluno da Progressão (anexo 5) assim como as avaliações realizadas no processo.

15.9- Anexos da Progressão Parcial

ANEXO 1



EEM MARIA DAUREA LOPES

CREDE 16

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____ atualmente aluno da _____ Série do Ensino Médio, tomei ciência de ter ficado em dependência na(s) disciplina(s) citadas abaixo da _____ série e por isso aderir a Progressão Parcial como uma das alternativas que minha escola dispõe para recuperar a(s) disciplina(s) retida(s). Declaro também ter compreendido todas as normas que regem essa progressão e as suas formas de avaliar.

Disciplina 1 _____ Professor responsável _____

Disciplina 2 _____ Professor responsável _____

Disciplina 3 _____ Professor Responsável _____

Iguatu _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do aluno

Assinatura do Responsável

Assinatura do(a) Diretor(a) Escolar ou Coordenador(a) Escolar

ANEXO 2



EEM MARIA DAUREA LOPES

PROGRESSÃO PARCIAL

DISCIPLINA:

PROFESSOR:

CONTEÚDO:

DETALHAMENTO DO CONTEÚDO:



EEM MARIA DAUREA LOPES

PROGRESSÃO PARCIAL

DATA	ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS
17 a 21 de março	Realização do 1º Encontro Presencial – Entrega dos conteúdos, do calendário, apresentação das orientações da Progressão parcial e da plataforma onde será postado as atividades a distância.
24 a 28 de março	Postagem da primeira atividade a distância na plataforma
31 de março a 04 de abril	Postagem da segunda atividade a distância na plataforma
14 a 16 de abril	Realização da prova objetiva
22 a 25 de abril	Realização do 2º Encontro Presencial- Correção da prova objetiva, reforço para a avaliação preparatória e instruções para a auto-avaliação
28 a 30 de abril	Postagem da terceira atividade a distância
05 a 09 de maio	Realização da prova preparatória
19 a 21 de maio	Entrega da auto-avaliação
22 a 23 de maio	Entrega a secretaria o resultado geral assim como todo o instrumental avaliativo necessário

modelo

ANEXO 4

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO DISCENTE

UNIDADE ESCOLAR: _____

CREDE: _____

ALUNO: _____

SÉRIE DA PROGRESSÃO: _____

PROFESSOR: _____

DISCIPLINA: _____

DESCRIÇÃO DAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NÃO DESENVOLVIDAS

Iguatu ____ de _____ de 20____

Assinatura do Professor

Assinatura do Coordenador Escolar ou Diretor



EEM MARIA DAUREA LOPES

PLANO ESPECIAL DE ESTUDO- PROGRESSÃO PARCIAL

ALUNO:

SÉRIE ATUAL:

PROFESSOR:

DISCIPLINA:

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS REFERENTE AO : ()1ºBIM ()2ºBIM ()3ºBIM ()4ºBIM

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

PROCEDIMENTOS/ESTRATÉGIAS

FORMAS DE AVALIAÇÃO

CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

ASSINATURA DO PROFESSOR

ASSINATURA DO COORDENADOR ESCOLAR



EEM MARIA DAUREA LOPES

RESULTADO FINAL DA PROGRESSÃO PARCIAL

DISCIPLINA:

PROFESSOR:

ALUNO	AV 1	AV2	AV 3	AV 4	MÉDIA FINAL

Legenda:

AV1- Nota da prova objetiva

AV2- Nota da prova operatória

AV3- Nota da auto avaliação

AV4- Nota das atividades a distância

Assinatura do professor

Assinatura do Coordenador Escolar

16- PLANOS E AÇÕES ANUAIS

INEP:	23461667	Data de Início:	19/02/2018	 INSTITUTO UNIBANCO JOVEM DE FUTURO
Projeto:	Jovem de Futuro - CE	Data de Término:	21/12/2018	
Período do Plano:	2018			
Status do Plano:	Em Execução	Recurso Utilizado:	R\$ 0,00	

Categoria: Ensino e Aprendizagem				
Componente: Proficiência em Língua Portuguesa				
Causa relacionada: Falta de habilidades linguísticas necessárias ao desenvolvimento das competências em Língua Portuguesa na terceira série				
Nome da ação:	SPAECE Língua Portuguesa			
Descrição da ação:	Intensificar nas aulas de Língua Portuguesa o estudo do descritores do SPAECE aplicando mensalmente simulados para os alunos das 3ª séries, a partir de um planejamento prévio.			
Público Alvo:	alunos das 3ª séries A e B			
Responsável:	GILQUELE GOMES DE ARAUJO			
Produto:	Cinco descritores de Língua Portuguesa do SPAECE mensalmente e cinco simulados.			
Resultado Esperado:	aumentar de 285,9 para 286,9 a proficiência em Língua Portuguesa dos alunos das 3ª séries .			
Componentes Estruturantes impactados:	Aulas Dadas / Frequência dos alunos			
Metodologia Utilizada:	Sem Metodologia			
Data de Início da Ação:	01/05/2018			
Data de Término da Ação:	18/10/2018			
Nome	Responsável	Data Início	Data Término	Valor
Realizar aulas no mês de Maio contemplando os seguintes descritores de Língua Portuguesa: D1, D2, D3, D4 e D5.	GILQUELE GOMES DE ARAUJO	01/05/2018	06/06/2018	0,00
Aplicar um simulado mensal totalizando cinco simulados, para um acompanhamento sistemático dos descritores dados em sala.	Gesebel de Lavor Araujo	07/05/2018	16/10/2018	0,00
Realizar aula de reforço no turno e contra turno.	Francisco José Holanda	07/05/2018	16/10/2018	0,00
Analisar estatisticamente os resultados dos simulados para redimensionar as aulas do SPAECE.	GILQUELE GOMES DE ARAUJO	01/06/2018	16/10/2018	0,00
Realizar aulas no mês de Junho contemplando os seguintes descritores de Língua Portuguesa: D6, D7, D9, D10 e D11.	GILQUELE GOMES DE ARAUJO	01/06/2018	03/08/2018	0,00
Realizar aulas no mês de Agosto contemplando os seguintes descritores de Língua Portuguesa: D12, D13, D14, D15 e D16.	GILQUELE GOMES DE ARAUJO	01/08/2018	04/09/2018	0,00

Realizar aulas no mês de Setembro contemplando os seguintes descritores de Língua Portuguesa: D17, D18, D19, D20 e D21.	GILQUELE GOMES DE ARAUJO	03/09/2018	03/10/2018	0,00
Realizar aulas no mês de Outubro contemplando os seguintes descritores de Língua Portuguesa: D22, D23.	GILQUELE GOMES DE ARAUJO	01/10/2018	18/10/2018	0,00
			Recurso total utilizado:	0,00
Componente: Proficiência Matemática				
Causa relacionada: Falta de conhecimento de conteúdos prévios necessários para a aquisição das habilidades inerentes à terceira série				
Nome da ação:	SPAECE Matemática			
Descrição da ação:	Enfatizar nas aulas de matemática o estudo dos descritores do SPAECE aplicando mensalmente simulados para os alunos das 3ª séries, a partir de um planejamento prévio.			
Público Alvo:	Alunos das 3ª séries A e B.			
Responsável:	Vildemar Araújo de Lavor			
Produto:	Cinco descritores mensais de matemática do SPAECE da 3ª série e cinco simulados.			
Resultado Esperado:	Aumentar de 318,0 para 319,5 a proficiência em matemática.			
Componentes Estruturantes impactados:	Aulas Dadas / Frequência dos alunos			
Metodologia Utilizada:	Sem Metodologia			
Data de Início da Ação:	01/05/2018			
Data de Término da Ação:	18/10/2018			
Nome	Responsável	Data Início	Data Término	Valor
Realizar aulas no mês de Maio contemplando os seguintes descritores do SPAECE de matemática: D16, D19, D20, D24, D28.	Mauricelia Alves de Lavor	01/05/2018	06/06/2018	0,00
Analisar estatisticamente os resultados dos simulados para redimensionar as aulas do SPAECE promovendo a ação-reflexão-ação.	Mauricelia Alves de Lavor	01/05/2018	18/10/2018	0,00
Realizar aulas de reforço no turno e contra turno	Mauricelia Alves de Lavor	07/05/2018	16/10/2018	0,00
Aplicar um simulado mensal totalizando cinco simulados, para um acompanhamento sistemático dos descritores dados em sala.	Ivaneide Alves de Araujo	01/06/2018	18/10/2018	0,00
Realizar aulas no mês de Junho contemplando os seguintes descritores do SPAECE de matemática: D40, D42, D49, D50, D51.	Mauricelia Alves de Lavor	01/06/2018	03/08/2018	0,00
Realizar aulas no mês de Agosto contemplando os seguintes descritores do SPAECE de matemática: D52, D53, D54, D55, D56.	Mauricelia Alves de Lavor	01/08/2018	04/09/2018	0,00

Realizar aulas no mês de Setembro contemplando os seguintes descritores do SPAECE de matemática: D57, D58, D64, D65, D67.	Mauricelia Alves de Lavor	03/09/2018	03/10/2018	0,00
Realizar aulas no mês de Outubro contemplando os seguintes descritores do SPAECE de matemática: D71, D72, D76, D78.	Mauricelia Alves de Lavor	01/10/2018	12/10/2018	0,00
Recurso total utilizado:				0,00
Componente: Taxa de Aprovação 1ª Serie				
Causa relacionada: Falta de conhecimentos básicos para a 1ª série do Ensino Médio				
Nome da ação:	Aprovação 1ª série			
Descrição da ação:	Intervir junto aos professores na construção de metodologias diversificadas que intensifique a leitura e o estudo dos descritores afim de proporcionar o avanço na escala de proficiência em língua portuguesa e matemática.			
Público Alvo:	alunos das 1ª séries.			
Responsável:	Vildemar Araújo de Lavor			
Produto:	2 horas semanais de formação com os multiplicadores do círculo de leitura; 1 hora semanal de círculo de leitura; 10 rodas de conversa com temática de interesse social; 4 horas semanais de estudo em células cooperativas e 2 horas semanais de reforço no contra turno com os alunos considerados "muito críticos" e "críticos".			
Resultado Esperado:	Elevar em 5% a taxa de aprovação das 1ª séries			
Componentes Estruturantes impactados:	Aulas Dadas / Frequência dos alunos			
Metodologia Utilizada:	Sem Metodologia			
Data de Início da Ação:	19/02/2018			
Data de Término da Ação:	21/12/2018			
Nome	Responsável	Data Início	Data Término	Valor
Estudo em Células de Aprendizagem Cooperativa com o envolvimento de todos os alunos.	Vildemar Araújo de Lavor	19/02/2018	21/12/2018	0,00
Formação semanal dos multiplicadores do Programa Círculo de Leitura no 1º semestre.	Monssuete Alves de Araujo Jacó	16/04/2018	28/06/2018	0,00
Realização do Círculo de Leitura com todos os alunos da 1ª série conduzidos pelos Multiplicadores no 1º semestre.	Gesebel de Lavor Araujo	23/04/2018	28/06/2018	0,00
Acompanhamento do desempenho acadêmico do aluno realizado pelo Diretor de Turma.	Fábio Ferreira da Silva	24/04/2018	21/12/2018	0,00
Frequência diária realizada pela secretaria escolar.	Josefa Mikaele Barbosa Lavor	24/04/2018	21/12/2018	0,00
Diálogo individual com o aluno e pactuação de meta pessoal.	Maria gneglauda Holanda	07/05/2018	25/05/2018	0,00
Realização de roda de conversa com temática de interesse sociais no primeiro semestre.	Nacizo Cândido Neto	07/05/2018	28/06/2018	0,00

Aulas de reforço dos descritores do SPAECE com os alunos considerados pela escala de proficiência do 9º ano como "muito crítico" e "crítico" em Língua Portuguesa durante o primeiro semestre.	Monssuete Alves de Araujo Jacó	07/05/2018	28/06/2018	0,00
Aulas de reforço dos descritores do SPAECE com os alunos considerados pela escala de proficiência do 9º ano como "muito crítico" e "crítico" em Matemática durante o primeiro semestre.	Ivaneide Alves de Araujo	07/05/2018	28/06/2018	0,00
Avaliação sistemática e processual de desempenho do aluno para verificar a mudança de posição na escala de proficiência em Matemática no primeiro semestre.	Ivaneide Alves de Araujo	07/05/2018	28/06/2018	0,00
Avaliação sistemática e processual de desempenho do aluno para verificar a mudança de posição na escala de proficiência em Língua Portuguesa no primeiro semestre.	Monssuete Alves de Araujo Jacó	01/06/2018	28/06/2018	0,00
Formação semanal dos multiplicadores do Programa Círculo de Leitura no 1º semestre.	Monssuete Alves de Araujo Jacó	01/08/2018	21/12/2018	0,00
Realização de roda de conversa com temática de interesse sociais no segundo semestre.	Nacizo Cândido Neto	01/08/2018	21/12/2018	0,00
Realização do Círculo de Leitura com todos os alunos da 1ª série conduzidos pelos Multiplicadores no 1º semestre.	Gesebel de Lavor Araujo	01/08/2018	21/12/2018	0,00
Aulas de reforço com os descritores do SPAECE com os alunos considerados pela escala de proficiência do 9º ano como "muito crítico" e "crítico" em Língua Portuguesa durante o segundo semestre.	Monssuete Alves de Araujo Jacó	01/08/2018	21/12/2018	0,00
Aulas de reforço dos descritores do SPAECE com os alunos considerados pela escala de proficiência do 9º ano como "muito crítico" e "crítico" em Matemática durante o segundo semestre.	Ivaneide Alves de Araujo	01/08/2018	21/12/2018	0,00
Avaliação sistemática e processual de desempenho do aluno para verificar a mudança de posição na escala de proficiência em Língua Portuguesa no segundo semestre.	Monssuete Alves de Araujo Jacó	06/08/2018	21/12/2018	0,00
Avaliação sistemática e processual de desempenho do aluno para verificar a mudança de posição na escala de proficiência em Matemática no segundo semestre.	Ivaneide Alves de Araujo	06/08/2018	21/12/2018	0,00
		Recurso total utilizado:		0,00

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/ CEAD, 2004)

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional De Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em 22 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional De Fortalecimento Dos Conselhos Escolares. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

BRASIL. Lei Nº 9394/96 de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm" Acesso em 26 de junho de 2017.

Texto de apoio - O papel do Coordenador pedagógico no cotidiano escolar - <http://www.faculdadefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-19-0.pdf>"